



Memórias de experiências e a cultura escolar da escola pública de Itoupava Norte no período da nacionalização do ensino – 1940

Memories of experience and the school culture of the Itoupava Norte public school in the period of nationalization of teaching – 1940

NEVES, Anne Caroline Peixer Abreu\*

**Resumo:** Esse texto dialoga com as memórias de experiências dos sujeitos no cotidiano da Escola Pública de Itoupava Norte – município de Blumenau/SC, durante a campanha de nacionalização do ensino conduzida pelo governo de Getúlio Vargas. As análises que mobilizaram a história oral possibilitaram compreender que as entrevistadas evocaram recordações que, nem sempre, estabeleciam relações com as ações nacionalizadoras que impuseram o ensino da língua vernácula e a exaltação de símbolos nacionais. Isso não invisibilizou, nas narrativas a presença dos instrumentos governamentais utilizados para implementar as leis, apesar de terem sido relatados na sutileza. O trabalho de memória evidenciou experiências que referenciaram outros contornos da escola valorizando os movimentos de integração das crianças, as convivências em diferentes lugares do ambiente escolar; e outras formas de se relacionar com as professoras.

**Palavras-chave:** memórias; experiências; cultura escolar; nacionalização do ensino; Escola Pública de Itoupava Norte.

---

\* Licenciada em História pela Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/UDESC, Florianópolis, SC. Professora da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. E-mail: annecpan@gmail.com

Recebido em: 11/03/2019  
Aprovado em: 20/05/2019

**Abstract:** This text dialogues with the experiences of the subjects in the quotidian of the Public School of Itoupava Norte - municipality of Blumenau / SC, during the nationalization campaign of the education conducted by Getúlio Vargas' government. The analyzes that mobilized oral history made it possible to understand that the interviewees evoked memories, not always establishing relations with the nationalizing actions that imposed the teaching of the vernacular and the exaltation of national symbols. This did not obscure in the narratives the presence of the governmental instruments used to implement the laws, although they have been reported in the subtle. The memory work evidenced experiences that referred to other contours of the school valuing the integration movements of the children, the coexistence in different places of the school environment, other ways to relate to the teachers.

**Keywords:** memories; experiences; school culture; nationalization of education; Itoupava Norte Public School.

As páginas desse texto foram escritas por meio de análises preliminares elaboradas para a pesquisa de Mestrado que se encontra em andamento. Portanto, apresento alguns apontamentos e possíveis considerações referentes às memórias de experiências que (re) elaboraram a cultura escolar na Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1940, localizada no município de Blumenau/SC e imersa na campanha de nacionalização do ensino promovida no governo de Getúlio Vargas (1930–1945). Essa discussão configura tanto um recorte temporal da pesquisa, que abrange também a década de 1950, como se trata de uma abordagem, direcionada ao trabalho de memória de sujeitos que foram alunas entre 1943 e 1950 na escola. Mesmo a história oral definindo os encaminhamentos para essa narrativa, determinados documentos escritos como as atas escolares, produzidas pelos sujeitos nas relações estabelecidas na escola, permitiram que alguns encontros fossem articulados. As cinco mulheres que foram entrevistadas recordaram experiências vivenciadas no cotidiano escolar entre as crianças, com as professoras e o professor<sup>1</sup>, além da interação com as “coisas”, ou seja, os objetos que compunham o cenário daquela escola e também dos lugares dentro da instituição ou ainda no seu entorno.

Ao dizer que foi possível articular alguns *encontros*, me refiro à aproximação entre as fontes orais e determinadas fontes escritas, que inicialmente estavam afastadas, por serem de naturezas diferentes, mas que foram reunidas no acervo que foi viável selecionar: condição que, inicialmente, se apresentou sem nenhuma intencionalidade. Logo nas primeiras análises observei que algumas meninas registradas nas atas das reuniões como membros das associações escolares ou participantes de alguma atividade promovida por elas, eram as senhoras que tinham sido entrevistadas para a pesquisa. Ao

---

<sup>1</sup> Foram recordadas pelas entrevistadas um total de três professoras e um professor: Alice Pauli da Silva, Auta Balland Skork e Maria Cecília Moskorz, além de José Moskorz.

aproximar essas fontes e promover esse encontro, uma das preocupações era não permitir hierarquizações entre o escrito e o oral. Também era preciso cautela ao mobilizar a história oral para que recebesse um tratamento adequado e não fosse considerada como uma metodologia complementar, noção compartilhada de Alessandro Portelli (2016, p. 10) entendendo que “[...] as fontes orais são utilizadas como eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador.”

Para encaminhar a pesquisa, escolhi operar com algumas categorias de análise: cultura escolar e memória, que possibilitaram o reconhecimento da experiência como chave articuladora entre elas. Desta forma, assumi a noção de “experiência inscrita” no sujeito para pensar que as pessoas precisam estar disponíveis para que as vivências sejam inscritas como experiências e, assim, permaneçam como memória de um presente anterior que se encontra ausente e precisa ser evocado. Para compreender melhor essa “experiência inscrita” que elaboro aqui, as reflexões de Paul Ricoeur (2007), Jorge Larrosa (2017), e Hans Ulrich Gumbrecht (2010), são fundamentais.

Cada um de sua forma, porém, entrelaçados, emitem percepções sobre a experiência que percorre a ideia de que algo precisa emanar com significado sensorial, que permita abstração e potencialize afecção. Em todas as leituras foi possível observar que se encontra latente a noção de afeto, ou seja, para ter uma experiência é preciso ser afetado e também, se permitir afetar. Quando essas perspectivas teóricas se atravessam, consideram que a modernidade introduziu a racionalidade nas formas de se relacionar, sentir, estar, agir; o que formulou e propagou a ideia de experiência como algo que pode ser justificado apenas porque faz parte das práticas cotidianas, e não necessariamente vinculado às sensações.

A instituição escolar, como produto dessa racionalidade moderna, também foi, de muitas formas contínuas, entendida por esse viés, que desconsidera as relações vivenciadas pelos sujeitos e suas interações sensoriais, inclusive com as coisas. A concepção de cultura escolar, apresentada por Agustín Escolano Benito (2017), estabelece reflexões envolvendo essa discussão e promove a noção de cultura pensando o campo da experiência, além das permanências que permitem o reconhecimento de uma cultura escolar pertencente a um tempo e espaço. Em suas análises, Escolano Benito (2017, p. 110) lembra que “a ideia de cultura foi, pois, em sua origem um conceito carregado de intencionalidade hermenêutica e esteve ligada à observação, análise e compreensão da realidade empírica.”

Com as recordações das experiências evocadas pelos sujeitos que permearam a cultura escolar da Escola Pública de Itoupava Norte nos anos de 1940, é possível

percorrer outros caminhos para pensar a campanha de nacionalização do ensino em Blumenau, alargando as percepções para além das práticas repressoras contra as escolas ou de resistências por parte das mesmas.

São vários os estudos referentes ao período do governo de Getúlio Vargas e as implicações para Santa Catarina no que diz respeito à campanha de nacionalização, promovida entre as décadas de 1930 e 1940. Algumas pesquisas se dedicaram à investigação dos acontecimentos na região do Vale do Itajaí<sup>2</sup>, ou especificamente em Blumenau, quando construíram suas análises envolvendo a repressão por parte dos órgãos governamentais na proibição das manifestações culturais e de forma mais incisiva da língua estrangeira, principalmente a alemã. Segundo a historiadora Méri Frotscher (2007, p. 23), “Blumenau foi uma das localidades mais visadas pela repressão, controle e nacionalização durante o Estado Novo, no sul do Brasil”. Toda essa atenção e investimento de leis e ações nacionalizadoras foram justificadas tanto governo federal quanto estadual devido a predominância da cultura alemã e os vínculos ainda estreitos entre os habitantes da região com o governo da Alemanha, questão que assumiu maior importância com o posicionamento do Brasil contrário a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942.

O governo federal que passou a governar por meio de decretos-lei, direcionou interventores estabelecendo um alcance direto com o nível administrativo local. “Ou seja, o congresso nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais foram fechados e [...] todos os partidos políticos proibidos.” (FROTSCHER, 2007, p. 160) No caso de Blumenau, o prefeito integralista Alberto Stein e todos os vereadores foram destituídos do cargo e a administração do município foi direcionada para José Ferreira da Silva, que acabava de deixar o cargo como vereador eleito pelo partido integralista. A nível estadual, o interventor nomeado foi Nereu Ramos que pertencia, anteriormente, ao Partido Liberal Catarinense e já era governador de Santa Catarina desde maio de 1935 sendo mantido no poder até o fim do governo Vargas em 1945.

Ao elaborar sua narrativa sobre o Estado Novo, Marcos Napolitano (2017) evidenciou a propagação de uma “ideologia nacionalista” que prezava pela unidade nacional e desqualificava os conflitos sociais como manifestações das divergências e diferenças, na maioria das vezes, criminalizando os grupos que destoavam do caráter homogêneo que era a todo custo estimulado. Nesse sentido e pensando o contexto em que está inserida a análise que articulo, acrescento a essa concepção a noção de conflitos étnicos que, no governo Vargas, deixou de ser tratada por meio da perspectiva

---

<sup>2</sup> Região de Santa Catarina que abrange os municípios que foram fundados e que se localizam interagindo com o rio Itajaí-Açú e seus ribeirões, como é o caso de Blumenau.

de mediação dos conflitos entre os imigrantes e seus descendentes e os brasileiros natos. Esse entendimento de mediação não deve ser confundido com apaziguamento e passividade, mas concebendo que por algum tempo, mediar era a forma de sustentar interesses que potencializavam a presença do imigrante como um benefício para o desenvolvimento do Brasil, principalmente no campo econômico, ou melhor, no setor da indústria têxtil. Além das questões étnicas, “a brasilidade estado-novista deveria propiciar um encontro simbólico entre todos os grupos sociais, na formação de uma novo ‘homem brasileiro’, acima das divisões de classe e região” (NAPOLITANO, 2017, p. 126).

No breve momento que sua narrativa se posiciona referente aos conflitos étnicos no sul do Brasil, Marcos Napolitano (2017) atribuiu que, o olhar “implacável” do governo para essas regiões envolvendo as populações de origem estrangeira, especialmente alemã, estava associado à noção do “perigo alemão”, ou seja, uma concepção amplamente divulgada a partir do início do século XX que relacionava as áreas de colonização alemã com uma possível extensão dos domínios da Alemanha na América do Sul. “Sobre elas, aliás, o Estado Novo desenvolveu uma implacável política de vigilância e nacionalização cultural, proibindo, por exemplo, o ensino de alemão e italiano nas escolas comunitárias e religiosas da região” (NAPOLITANO, 2017, p. 131).

A própria Escola Pública de Itoupava Norte é uma dessas “escolas comunitárias”, entre centenas que foram criadas na região do Vale do Itajaí, tendo sido fundada, ainda no século XIX, por iniciativa particular organizada em forma de Associação/Sociedade Escolar; era formada pelos moradores da localidade de Itoupava Norte que tinham origem alemã e que financiavam essa escola mista e o pagamento do professor, além do fato de que, desde o terreno, a casa servia de escola e a moradia para o professor. (KRAMER; KRAMER, 2015, p. 96).

**Imagem 1.** Estudantes com a professora Maria Cecília Moskorz na Escola Pública de Itoupava Norte – Blumenau/SC no final da década de 1940



**Fonte:** Acervo da Escola Professor João Widemann (atual nome da Escola Pública de Itoupava Norte).

Durante a década de 1940, o terreno onde funcionava a Escola Pública de Itoupava Norte ainda pertencia à Sociedade Escolar que, até aquele momento continuava a existir; além das atividades de ensino continuarem na antiga construção, uma casa enxaimel<sup>3</sup>, conforme os relatos apresentados nas entrevistas, possuía uma sala de aula grande e outra menor, com turmas de 1º ao 3º ano do ensino primário, sendo desdobrada durante alguns anos, dito de outro modo, funcionando em dois turnos e com mais de uma professora atuando na escola.

Com as campanhas nacionalizadoras do ensino, mobilizadas nos anos de 1910 e depois nas décadas de 1930 e 1940, essa escola, como outras, precisou se adequar às leis impostas e entre uma campanha e outra, passou a ser subvencionadas pelo poder público, até onde foi possível identificar, estadual. Uma das formas de subvenção foi o pagamento dos professores que atuaram na escola, permanecendo os bens materiais como terreno, construções, no domínio da Sociedade Escolar, que manteve sua existência até o ano de 1956.

<sup>3</sup> A construção enxaimel esteve presente em localidades do Vale do Itajaí/SC por se tratar de uma técnica utilizada por imigrantes alemães que ocuparam a colônia Blumenau a partir da metade do século XIX. Esse “estilo” de construção é considerado característica cultural da região, associada as influências étnicas alemãs.

Diversas pesquisas sobre a campanha de nacionalização do ensino no Vale do Itajaí, incluindo Blumenau<sup>4</sup>, se fundamentaram em um *corpus* documental oficial, que legitimou as pessoas que cumpriam as leis nacionalizadoras como patriotas e aquelas que não obedeciam como sendo traidoras. Nos estudos que abriram possibilidades para a interação com outras fontes não investidas de oficialidade, o próprio pesquisador, por vezes, encaminhou suas análises buscando confrontar e comparar suas fontes com documentos de cunho governamental como uma forma de validar a discussão. Outro exemplo, envolve algumas discussões que mobilizaram a história oral e, de certa forma, habilitaram narrativas que procuraram enquadrar a pessoa entrevistada por meio de dois extremos: tendo sofrido repressão ou sido repressora. Ou ainda, a existência de trabalhos que ressaltaram formas de resistências deliberadas por sujeitos das escolas contra as leis e práticas nacionalizadoras, expressadas de maneira explícita ou camuflada.

É importante afirmar, que não desejo combater ou negar essas perspectivas, porque não se trata de invalidar as abordagens que cada pesquisador decidiu implementar para construir suas análises. Contudo, entendo que posso oferecer um outro olhar para essa paisagem que não é estanque e permite múltiplas percepções, tendo em vista o lugar de vista que se deseja assumir como posição. O meu, permeia a cultura escolar, entendida por meio das memórias de experiências passíveis de serem anunciadas, especialmente pelo percurso da história oral.

### **Recordações de experiências inscritas nos sujeitos e na cultura escolar<sup>5</sup>**

A senhora Elfi Thompsem, atualmente com 84 anos e chamada na infância de Elfi Schoenau<sup>6</sup>, realizou seu trabalho de memória e recordou experiências do tempo em que foi aluna na Escola Pública de Itoupava Norte, entre os anos de 1943 a 1945. Iniciou sua fala repleta de entonação afirmativa e, por vezes, interrompida por discretos risos, com a recordação de sua professora Alice Pauli da Silva; recordação que envolveu momentos que contornaram a relação professora-aluna, mas que não se restringiam ao espaço físico da escola. A entrevistada evidenciou, em sua narrativa, que se a professora fosse para a escola com uma roupa escura, não adiantava esperar por ela na outra margem do rio após o desembarque da balsa, pois, estaria irritada e “não chegava com bons ares.”

<sup>4</sup> Não se tratam de estudos apenas na área da História, muitos deles foram desenvolvidos na área da Educação.

<sup>5</sup> Todas as entrevistas presentes nesse artigo foram concedidas à Anne Caroline Peixer Abreu Neves com a finalidade de serem utilizadas e analisadas na pesquisa de Mestrado da autora deste artigo.

<sup>6</sup> Entrevista realizada na casa da senhora Marilena Terezina Godizigiogesk após conversas informais no dia 10/09/2017.

Isso fazia com que os alunos saíssem correndo para a escola, aguardando de forma ordeira a sua chegada. Porém, se a roupa fosse de cor clara, todos que tinham ido esperar por ela ficavam na beira do rio e a acompanhavam até a escola sendo acolhidos com gentileza, já que a professora “ficava feliz da vida que todas as crianças chegavam para abraçar ela.” (Elfi Thompsem, entrevista, 23 set. 2018).

Considerar que um “trabalho de memória” foi realizado pela senhora Elfi, significa assumir a concepção de Paul Ricoeur (2007), entendendo que ela percorreu um caminho de busca para recordar o que foi narrado. Ao capturar imagens-lembranças da professora chegando na escola, vestida com roupas de cores claras ou escuras e a relação dessas cores com o humor dela naquele dia, a entrevistada efetivou uma rememoração, o que não se trata de acessar a “versão original” daquilo que se passou, mas uma espécie de cópia.

Nessa perspectiva, existiu um presente que apenas pode ser acionado como aquilo que está ausente, porém, tem significado de ser e estar. Para Ricoeur (2007), existe o tempo vivido, que foi presença e possibilitou uma inscrição como “impressão-afecção”, isso porque, deixou marcas por meio de sensações. No entanto, só é possível mobilizar aquela presença anterior como ausência na forma de articulada nas discussões de Paul Ricoeur (2007), é acionada para pensar que são apenas os rastros que podem ser mobilizados no trabalho de memória e não o acontecimento vivido como tal.

A senhora Elfi Thompsem demonstrou, por meio da oscilação na tonalidade da voz, expressões que simbolizavam “alertas” devido a chegada da professora, que foi possível rememorar porque as sensações envolvendo as decisões de esperar ou não na outra margem do rio a travessia da balsa, marcaram suas vivências, ou melhor, o que estou entendendo como experiências na escola, e como memória. Nas palavras do filósofo da história Paul Ricoeur (2007, p. 248), “[...] a lembrança se dá como uma imagem do que foi antes visto, ouvido, experimentado, aprendido, adquirido; e é em termos de representação que pode ser formulado o alvo da memória enquanto é dita do passado”.

A noção de experiência que assumo, irá permear as investigações envolvendo as recordações anunciadas por sujeitos que tiveram suas vidas, de alguma forma tocadas ao viver o cotidiano da Escola Pública de Itoupava Norte. Digo tocadas, porque estou entendendo, por meio das concepções de Jorge Larrosa (2017, p. 25–26), que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Portanto, tudo o que se vive são necessariamente experiências? Considero que não. Para que aconteça uma experiência, o sujeito precisa estar passível, ou seja, disponível para ser afetado. Ainda nas palavras de Larrosa (2017, p. 25 – 26), “[...] o sujeito da experiência se define não por



sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura”. Nessa perspectiva, ser *passível* adquire outras dimensões, onde a experiência se efetiva no momento em que o sujeito permite ser espaço e tempo de passagem.

A experiência da senhora Elfi Thompsem contribui para pensar que apesar da Escola Pública de Itoupava Norte ter sido impactada pelo processo de nacionalização do ensino, as crianças não deixaram de ser e estar na escola. Continuaram a estabelecer relações por meio de brincadeiras, situações de confrontos, arranjos de amizades, afrontamento de normas, mesmo perante às formas de controle impostas pelos mecanismos legais, por vezes, manifestados abertamente ou ainda, na sutileza das práticas escolares cotidianas.

As recordações narradas pela senhora Maria de Lourdes Pereira, com 81 anos de idade e quando criança chamada de Maria de Lourdes Ramos<sup>7</sup>, também demonstraram sensibilidade. Após relatar sobre a falta de materiais de estudo na escola considerando que se tratava de uma “escolinha” muito simples, ela rememora a imagem-lembrança de um abacateiro e associa os abacates aos recursos financeiros que a professora Alice Pauli da Silva conquistava, com a intenção de comprar elementos básicos e manter a escola funcionando. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018.)

Num primeiro momento, o que poderia dizer a lembrança de um abacateiro? Mais do que uma árvore frutífera, os abacates que dali eram coletados tinham uma função de “ser”. Poderia estar destinado para algum lanche na escola? Tudo indica que não. Eram encaminhados para a venda, com o objetivo de usar o dinheiro arrecadado para algumas necessidades materiais que existiam na escola. A recordação da senhora Maria de Lourdes associou os abacates não pelo seu sabor, nem pela necessidade de servir de alimento ou ainda pela norma da escola de não coletar o fruto, mas ao compromisso da professora junto à escola: “muito querida, depois assim, era aquela precariedade da escola.” Na sequência, seu relato evidenciou a preocupação da professora com questões que ultrapassavam a sala de aula e que referenciavam outros significados para “um pé de abacate” no pátio da escola. “Nunca esqueço disso, que ela dizia: você não apanhe esse abacate, é para vender lá para o seu Schoenau, pai da Elfi Schoenau. Com aquele dinheiro ela comprava alguma coisa para aula, para a escola.”

Com as observações, imaginei um cenário que integrasse a escola, o abacateiro, os abacates, as crianças e a professora preocupada em manter os frutos íntegros para serem comercializados. Assim, uma curiosidade pulsava devido ao desejo de conhecer

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada na residência da entrevistada após conversas informais ocorridas no dia 25/04/2018.

mais sobre a cultura escolar: que tipo de “coisa” interessava comprar para a escola? Infelizmente, não direcionei essa pergunta à senhora Maria de Lourdes durante a entrevista. No entanto, nem tudo estava perdido e pela segunda vez me deparei com os abacates. Agora não mais na escola, porque já tinham sido vendidos, possivelmente para o senhor Schoenau, um dos comerciantes da comunidade. Em 27 de abril de 1946, num sábado, a “Liga de Bondade”<sup>8</sup> realizou na Escola Pública de Itoupava Norte sua 3ª sessão que foi registrada em ata pelo secretário Valdir Lange (APESC, 1946, v. 96). De forma organizada, o aluno escreveu sobre a “campanha do abacate”, que estava sendo encerrada e tinha rendido Cr\$ 20,00. Com esse valor total e a arrecadação de uma rifa, foi pago “a pintura dos nossos quadros e compramos um balde novo e vassouras. Nossa professora [Alice] agradeceu a boa ação de todos”.

As práticas e seus significados, que vão sendo entrelaçados no cotidiano da escola, são (re) elaboradas pelos sujeitos e constituem a cultura escolar, o que permite dizer que existe pulsão atravessando essa cultura. É uma travessia que viabiliza múltiplos caminhos, atalhos, encruzilhadas, desvios, bloqueios. Nesse transitar, quando as experiências acontecem, reverberam nas formas de ser e estar do sujeito no mundo, permanecendo inscritas nas memórias e produzindo subjetividades. De acordo com Agustín Escolano Benito (2017, p. 26), em uma sociedade que reconheceu a escola como fundamental, “isso se projetou na construção de uma nova subjetividade, apoiada nas narrativas que recolhem a experiência da formação, como elemento da identidade biográfica das pessoas [...]”.

As “coisas”, compradas com o dinheiro arrecadado, os próprios abacates que foram vendidos, precisam ser considerados componentes da cultura escolar e não meros objetos usados pelos sujeitos sem valor simbólico. Aquelas imagens-lembranças foram assumindo, na busca para recordar, outras configurações para além da lembrança de alguns objetos isolados das relações que possibilitaram para ele significados. Desta forma, o objeto só existe como tal na sua interação com o sujeito, ou seja, apenas se constitui em um movimento relacional, e para ser reconhecido como tal, não deveria ser entendido de forma hierárquica. Assim, “a natureza da relação entre sujeito-objeto, tal como a modernidade ocidental veio a concebê-la, [...] não é evidente para a maioria das sociedades existentes no planeta”. (BITAR; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2013, p. 7)

Todas essas relações entre os sujeitos e com as “coisas” da escola que são promovidas por iniciativas próprias das demandas escolares ou implementadas por

---

<sup>8</sup> De acordo com a historiadora Maria Teresa Santos Cunha (2013), a “Liga da Bondade” era entendida como uma associação auxiliar ou complementar da escola recebendo maior incentivo para funcionar a partir do Decreto-Lei nº 3.735, 17 de dezembro de 1946. Tinha como finalidade promover e ensinar “bons costumes” para as crianças que fossem consideradas aptas a frequentar aquele grupo.

mecanismos e agentes externos como as leis e ações governamentais, permitem “efeitos de presença” e “efeitos de sentidos” na cultura escolar promovendo sua (re) elaboração. As noções compartilhadas das reflexões de Hans Ulrich Gumbrecht (2010) permitem considerar que a experiência é elaborada quando inserida em um campo de tensão onde estão dispostos de forma relacional; portanto, não hierárquica, os “efeitos de presença” e os “efeitos de sentido”. A palavra “efeito” é indispensável porque considera que a presença e os sentidos só existem enquanto efeitos, dito de outra maneira, precisam ser reconhecidos por sua duração. A “produção de presença” que está sendo pensada por Gumbrecht (2010), diz respeito àquilo que precisa ter sua manifestação reconhecida, pois não se trata de criar a presença, mas de permitir que ela tenha ressonância corpórea, concreta e atravessando os seres no mundo; sendo capaz de emitir sensações que mais do que explicadas racionalmente devem ser vividas.

### **Representação das “festinhas” evocada pelas memórias e os “efeitos” na cultura escolar**

Uma questão que permitiu o entrelaçamento das cinco entrevistas realizadas, foi a prática do que as senhoras chamaram de “festinhas”. Inicialmente, escolhi apresentar e refletir apenas sobre os relatos em que as entrevistadas utilizaram a expressão “festinhas” ou “festas”. Aparentemente, esse termo pode indicar que se tratavam apenas de acontecimentos envolvendo brincadeiras, diversão, atividades recreativas, não sendo compreendidos como um vestígio “interessante” para refletir sobre as possibilidades de se relacionar em uma escola que vivia o projeto nacionalizador. As “festinhas”, que representavam para as entrevistadas, todas as características mencionadas acima, foram relatadas como experiências consideradas prazerosas, promovidas pelas professoras Alice Pauli da Silva e Maria Cecília Moskorz no pátio da escola ou no campo de futebol do clube esportivo vizinho.<sup>9</sup>

As narrativas envolvendo as “festinhas”, rememoraram lembranças de uma prática que foi ritualizada na cultura escolar na década de 1940 e que pode ser entendida como um mecanismo de integração nacional, sem ter necessariamente um caráter violento. Nem de longe eram momentos descompromissados na escola, sem propósitos. Por isso, entendo que a história oral possui potencial para encaminhar algumas reflexões

---

<sup>9</sup> O campo citado era da associação “Guarani Esporte Clube” que tem sua história de fundação e desenvolvimento relacionada à história da escola desde meados do século XIX quando ainda era a Comunidade Escolar de Itoupava Norte.

que não pretendem ser reveladoras de verdades, mas que apresentam possibilidades de percepção. Conforme a concepção de Alessandro Portelli (2016, p. 20),

a forma narrativa sempre contém mais camadas de significado, mais caminhos de interpretação do que uma análise lógica, racional. Embora nós não nos abstenhamos de desenvolver hipóteses e de sugerir interpretações, estamos cientes do fato de que o material que apresentamos pode sempre ser lido de outras maneiras.

A leitura que realizo, considera que essa prática escolar demonstrou ter “efeitos de presença” e “efeitos de sentidos”, que foram preservados na memória das entrevistadas. Então, o que seriam as “festinhas” que aconteciam na Escola Pública de Itoupava Norte? As recordações das mulheres; acionaram algumas características relacionadas com esse movimento promovido pelas professoras como: presença das crianças atuando nas manifestações cívicas, realização das atividades fora da sala de aula, brincadeiras estimulando o uso da língua portuguesa e lanches coletivos.

A investigação que estou propondo mobiliza, em primeiro plano, o entendimento dos sujeitos que vivenciaram esse movimento no cotidiano escolar e não como as leis nacionalizadoras determinavam que fosse executada essa atividade. Essa é uma diferença de perspectiva que desejo encaminhar, pautada no campo das memórias de experiências e interessada no percurso da cultura escolar. Entretanto essa perspectiva, não invalida as tensões existentes nas relações entre os sujeitos que participaram desse movimento conhecido como “festinhas”, no que diz respeito às disputas, conflitos e punições que foram vivenciadas. Não significa que as lembranças das entrevistadas tenham sido inscritas naquele presente permeadas por essas tensões, que tenham sentidos tensionados. No entanto, que essas “festinhas” também foram entendidas como momentos prazerosos, considero não ser possível negar. Talvez, porque permitiram experimentar a escola por outros contornos: o deslocamento por outros lugares, as brechas para as conversas com os colegas, o prestígio de participar declarando um verso escolhido pela professora, a interação por meio das brincadeiras, a possibilidade de comer algo não habitual. Penso que vivenciar as “festinhas” deixou marcas afetivas que potencializaram a percepção desses sujeitos de uma escola que podia ter práticas consideradas mais interativas.

A senhora Marilena Teresina Godizigiogesk<sup>10</sup>, na época chamada de Marilena Teresina Moskorz, além de ser aluna da Escola Pública de Itoupava Norte, certamente no

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada na residência da própria entrevistada após conversas informais ocorridas em 10/09/2017.

ano de 1950<sup>11</sup>, era filha dos professores da escola: Maria Cecília Moskorz e José Moskorz, que chegaram em Blumenau no ano de 1947, tendo sido a professora removida para essa escola. Em sua entrevista, de forma bem humorada, com risos e descontração na fala recordou sobre sua participação e também de outras crianças nessas “festinhas”: “Porque a gente sempre tinha as festinhas. Hoje em dia não fazem, né? Ou fazem ainda, para os alunos dizerem um versinho. Eu só sei dizer que, aí meu deus, eu também dizia bastante versinho”. (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 23 set. 2018.)

A senhora Maria de Lourdes, entrevistada já apresentada, também recordou das “festinhas” e mais uma vez assumiu a sua admiração pela professora Alice Pauli da Silva, associando as boas lembranças dessas “festinhas” ao empenho da professora que se dedicava a esses movimentos na Escola Pública de Itoupava Norte. Por meio de uma narração que apresentou pela tonalidade da voz e nas expressões faciais um sentimento de saudade daquelas experiências, a entrevistada foi descrevendo como aconteciam aqueles movimentos que passaram a pertencer à cultura escolar:

Lembro assim das festas que ela promovia, do jeito que a gente tinha festa, dia 1º de maio, então ela festejava o dia 22 de abril que era o descobrimento do Brasil [...], cantava o hino nacional, a gente cantava o hino a bandeira, [...] dizia versinho do Brasil, aquilo tudo para a gente era [sorriso]. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018.)

É possível perceber que essa recordação de participar com a leitura de versinhos e dos cantos dos hinos, foi narrada com entusiasmo e no plural, relacionando com suas recordações, outros alunos e considerando que era um movimento que agradava as crianças da escola, e não apenas ela. Na sequência, a senhora Maria de Lourdes recorda um acontecimento onde, após as manifestações cívicas, os alunos foram encaminhados para o campo de futebol e puderam interagir por meio das atividades direcionadas pela professora Alice Pauli da Silva envolvendo brincadeiras e comidas:

Depois a gente ia lá para o campo do Guarani e lá a gente fazia uma festinha, então ela fazia corrida de saco, ela fazia corrida de ovo na colher, corrida dos meninos. Depois ela fazia assim um balde cheio de capilé, aquilo era groselha com água do poço e pirulito. Então aquilo para nós era a maior festa. Só que a gente tinha que ir de meia branca e grampo no cabelo, as meninas. Os meninos com sapatos, bem, muitos não tinham sapatos, aqueles que tinham botavam uma meia branca, camisinha. Tinha que ser bem bonitinho. E aquilo era a nossa festa. Aí então, a gente chegava, 7 de setembro, então era aquela festa, bandeira hasteada, todos os sábados a gente hasteava a bandeira [...]. (Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 de set. 2018.)

<sup>11</sup> A presença dela na escola é afirmada nesse ano devido algumas atas do “Pelotão da Saúde” encontradas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC.

Considero fundamental mobilizar outras recordações narradas pela senhora Maria de Lourdes Pereira relacionadas às “festinhas”, associando a professora Alice Pauli da Silva como uma incentivadora da cultura nacional, interessada em destacar questões referentes ao Brasil: “Era muito patriota, muito patriota. A gente tinha festinha no dia da árvore, ela fazia uma festinha para a árvore, lá mandava os meninos plantar uma árvore, a gente cantava, tinha música da árvore. Então, aquilo tudo era, a gente amava aquela professora”.

É possível observar que não apenas manifestações patrióticas permeavam o movimento das “festinhas” na escola. Existiam outros elementos que estavam presentes e diversificavam as atividades que relacionavam as crianças naquele processo como, por exemplo, cantar um versinho sobre a árvore, plantar uma mudinha de árvore, ou ler, declamar um versinho sobre amizade. A própria senhora Maria de Lourdes recordou esses versinhos e, mesmo envergonhada, decidiu cantar alguns. Iniciou com o versinho que ela considera “assim de menina”, e com um tom de voz sutil e ritmado, cantou: “Amiguinha venha cá, vem comigo vem dançar, para lá para cá, vira a roda dance já”. Em seguida, relatou que “isso a gente cantava em roda” e cantou mais um versinho, dessa vez, sobre a árvore: “Cavamos a terra, plantamos nossa árvore, nas sombras ou frutos ou flores dará”.

Pensar pelo percurso da cultura escolar significa reconhecer que existem permanências que atravessam as relações dos sujeitos na escola e que continuam atuantes, mesmo após anos sendo manifestadas. Muitas vezes, segundo Agustín Escolano Benito (2017, p. 26), os “testemunhos das coisas e das pessoas compõem, precisamente, o patrimônio material e imaterial, que o passado da escola nos legou.” Em outras palavras, a senhora Maria de Lourdes conservou a letra e o ritmo dos versos como um patrimônio imaterial possivelmente porque a experiência foi associada não apenas aos ensinamentos de como cantar, mas com a roda, com o pátio sendo o lugar onde aconteciam as práticas. Um conjunto de elementos requisitados para acionar “efeitos” de presença/sentido para aquelas manifestações na escola.

Com essas recordações, foi possível refletir que as “festinhas” foram entendidas como formas de confraternização e integração. A cultura brasileira era, em certa medida, estimulada e ensinada por meio de uma didática que não envolvia apenas os usos dos símbolos nacionais como recursos de aprendizagem; também não utilizava somente a escrita e a leitura em sala de aula ou ainda, nem sempre se valia da aplicação de castigos como maneira de ensinar. Eram operacionalizadas práticas no cotidiano escolar que

fomentavam aspectos lúdicos no ensino. Ao que tudo indica, não era exclusivamente por meio de mecanismos repressivos que o ideal de identidade nacional brasileira era introjetado na Escola Pública de Itoupava Norte.

Para considerar os significados desses movimentos de “festinhas” e seu caráter pedagógico, retomo, de forma direta, o contato com as concepções de Agustín Escolano Benito (2017) para pensar que a prática dessas “festinhas” permitia às crianças outras percepções da escola; o que não significar dizer que deixavam de existir ou de serem cobrados contornos rígidos em relação a essa prática. Mesmo de forma mais despojada em relação ao rigor da sala de aula, o que já era visto como uma mudança, as manifestações cívicas associadas às “festinhas” e a maneira didática de ensinar elementos de brasilidade não perdiam sua ritualística e seu caráter oficializado.

É possível, inclusive, que tais comportamentos sejam praticados com prazer: as crianças gostam dos cumprimentos; às vezes, exageram nas reverências; acatam com entusiasmo determinadas condutas rituais... [...] De igual modo, eles gostam dos rituais que repetem, em forma de protocolo bem pautado, executado de forma lúdica, porém com o devido rigor. Mesmo quando criticam ou tratam com ironia, a disciplina ou o humor sempre facilitam a aceitação geral das cerimônias obrigatórias, que requerem a cooperação entre as crianças e os adultos, assim como entre pares geracionais. (BENITO, 2017, p. 86)

Portanto, deslocando o olhar para as memórias de experiências que as crianças vivenciaram no cotidiano escolar, no caso desse estudo por meio da história oral, surge a possibilidade de pensar essa escola sendo nacionalizada para além da noção de mando e sujeição, pautada na hierarquia que verticaliza as relações e entende os alunos e as alunas como pessoas que não tinham ou não podiam fazer escolhas.

Na entrevista da senhora Marilena, ainda é possível acessar outro relato: uma recordação que envolve um momento de sofrimento, mas que foi apresentada em sua narrativa como emocionante, por se tratar de um elogio conferido à sua mãe e professora da escola, Maria Cecília Moskorz na ocasião do seu enterro. Com a voz embargada pelo choro e a cabeça baixa, ela contou o que escutou do diácono que participava dos rituais fúnebres e que foi aluno da sua mãe: “Ele disse: não sabia falar uma palavra em português e daí o que fazia a dona Maria, [...] ela levava nós no campo e nós brincava de roda, de rodar, daquele ovo podre, aquelas coisas. E daí eu aprendi a falar o português.” Mesmo sem usar a expressão “festinhas”, o homem relatou como as brincadeiras foram importantes para que ele aprendesse a língua brasileira, evidenciando que as experiências inscritas de uma forma lúdica tinham sido positivadas em relação ao aprendizado da nova língua.

Outra entrevistada que também acionou a lembrança dos versinhos recitava, porém, não se referiu a esses acontecimentos na escola usando o termo “festinhas”, foi a senhora Elfi Thompsem, já apresentada em outro momento da escrita. Além do fato de ter sido aluna da professora Alice, suas recordações demonstraram que as manifestações cívicas permitiram que as crianças se sentissem valorizadas: “A gente gostava, era uma pessoa importante porque a professora chamou para a gente dizer um verso. Ela dava para a gente aprender, depois declamar o verso”.

Também sem utilizar propriamente o termo “festinhas”, mais uma entrevistada recordou os movimentos ritualizados na escola. A senhora Verônica Stank<sup>12</sup>, atualmente com 81 anos de idade e que tinha quando criança outro sobrenome – Verônica Puff, possivelmente estudou na Escola Pública de Itoupava Norte entre os anos letivos de 1947 e 1950 cursando até o 3º ano do ensino primário, sem interrupções, sendo esse último ano frequentado por duas vezes devido a uma reprovação. Em seus relatos, as manifestações cívicas são recordadas reiterando a participação dos alunos envolvidos nos cantos e o hasteamento da bandeira: “Sábado então, se cantava o hino nacional, [...] tinha todo sábado, tinha com a bandeira [...]. Nós não podia mais nem esperar até que chegasse, era tão bom [...] também o hino do soldado”. Ao significar aqueles momentos como “bons”, entendo que a senhora Verônica indicou não associar diretamente àquela prática como algo negativo, mesmo ela tendo sido implementada por determinação governamental na escola, para incutir o “espírito de brasilidade” nas crianças, se tornado parte da cultura escolar e alterando o cotidiano. (Verônica Stank, entrevista, 02 out. 2018.)

É importante declarar que as “festinhas” foram acionadas nas recordações das entrevistadas, pela via da história oral, que permitiu pensar o campo da experiência por meio da memória. Porém, as “festinhas” também foram registradas em documentos escritos que estão sendo mobilizados como fontes dessa pesquisa – as atas escolares<sup>13</sup>.

Os documentos analisados se referem às seguintes associações da Escola Pública de Itoupava Norte nos anos de 1940: Liga Pró-Língua Nacional, Pelotão da Saúde, Liga da Bondade, Clube Agrícola e Caixa Escolar. Ao observar seus conteúdos, foi possível identificar que não eram todas as atas que registravam a realização de “festinhas”, isso porque, esse movimento parece ter sido direcionado especificamente para a Liga Pró-

<sup>12</sup> Entrevista realizada na residência da senhora Melânia Laitske após conversas informais ocorridas em 27/03/2018.

<sup>13</sup> Todas as atas escolares foram encontradas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC, no fundo de Educação e a maioria das atas não apresenta uma sequência sendo exemplares aleatórios. Em poucos casos é possível analisar as atas de forma quase contínua percebendo uma movimentação anual. Foram selecionadas atas das associações escolares referentes ao ano de 1944, 1945, 1946, 1949, 1950 e 1951.



Língua Nacional”<sup>14</sup>. Em nenhuma ata analisada, produzida pelas outras associações escolares, existe qualquer registro que envolva a realização de algum tipo de: comemoração, brincadeira, homenagem e apresentação das crianças envolvendo os propósitos de cada associação.

Essa constatação possibilita inferir, que acionar atividades lúdicas na escola estava diretamente relacionado à promoção da nacionalização do ensino; e, portanto, demonstra ter sido um mecanismo governamental para propiciar o envolvimento das crianças com as questões da cultura nacional por meio de uma abordagem mais “pedagógica”. Essas percepções permitem apontar questionamentos sobre a noção, já estabelecida em outros estudos historiográficos, de que a nacionalização do ensino, promovida no governo de Getúlio Vargas, teria sido “menos pedagógica” em comparação com a nacionalização das décadas de 1910 e 1920 encaminhadas em Santa Catarina por Orestes Guimarães. Penso que não se trata de comparar os dois movimentos, pois, cada um foi estruturado com fundamentos, propósitos educacionais e políticos de sua época. No entanto, as análises desse estudo apresentam pelo percurso da cultura escolar, que é viável observar que algumas experiências inscritas na memória dos sujeitos que vivenciaram a Escola Pública de Itoupava Norte, durante a campanha de nacionalização do ensino na década de 1940, foram elaboradas como prazerosas. O que não inviabiliza a existência de lembranças do cotidiano da escola que remetam à traumas, práticas repressivas e conflitos, que também se mostraram presentes nas narrativas das entrevistadas.

Geralmente, no final das atas da Liga Pró-Língua Nacional, a criança escolhida como secretária, registrava, aparentemente com a supervisão de uma professora, as informações sobre a organização da “festinha” na escola e os alunos que iriam participar diretamente com alguma função na manifestação cívica daquele dia. Na ata de 25 de agosto de 1945, a aluna e secretária Elfi Schoenau, uma das senhoras entrevistadas, registrou: “Realizamos a seguinte festa em homenagem ao Duque de Caxias e ao valente soldado expedicionário” e seguiu o registro com o que habitualmente era nomeado como programação, descrevendo as “homenagens” para os símbolos, personalidades ou eventos nacionais que teriam sido estudados naquela reunião por meio de uma

---

<sup>14</sup> O programa escolar intitulado “Liga Pró-Língua Nacional” foi colocado em prática por Luiz Sanches Bezerra da Trindade, que foi o primeiro inspetor a comandar a Inspeção Geral das Escolas Particulares e Nacionalização criada com o Decreto-Lei n. 124 de 18 de junho de 1938. As Ligas estiveram mais voltadas às escolas em áreas de imigração. (LUNA, 2000, p. 56).

“preleção<sup>15</sup>” realizada pela professora que, de acordo com a ata, estava acompanhando aquela reunião (APESC, 1945, v. 85).

A senhora Maria de Lourdes não aparece em nenhum documento analisado como secretária de alguma associação, mas está registrada na posição de monitora do Pelotão da Saúde em 1946. Na ata da 7ª reunião da Liga Pró-Língua Nacional, ocorrida em 19 de novembro de 1946, foi escolhida como a aluna responsável pela a “saudação á Bandeira” durante a “festinha” na Escola Pública de Itoupava Norte (APESC, 1946, v. 106, p. 06). Aparentemente, para a senhora Maria de Lourdes, participar da Liga Pró-Língua Nacional significava desenvolver funções não apenas por desejar estar perto da professora e do professor ou estar inserida em um grupo de amigos. Assumiu uma centralidade na vida escolar da aluna, que não precisou aprender a falar o português, já que era “brasileira pura” conforme declarou na entrevista. Contudo, seus relatos indicaram que também precisou encontrar mecanismos para interagir em uma escola e comunidade de descendência alemã, onde, por meio dos laços de sociabilidades muitas vezes pautados em questões étnicas, não existia muita abertura para aqueles que não compartilhavam certos elementos culturais como a língua.

Suas recordações enfatizaram as experiências juntamente com a associação da Liga Pró-Língua Nacional, talvez porque para além dos versinhos ou os cantos que ainda remetem orgulho, seu envolvimento nessa associação permitia que ela tivesse maior destaque e se distinguisse de outros alunos, já que de acordo com seu relato “era responsável por cuidar pra ninguém falar em alemão na escola ou também não falar palavrão, assim, falta de educação”. Quando identificava que a proibição contra a língua alemã estava sendo desrespeitada tanto dentro como fora do espaço escolar, contava para o professor José Moskorz: “O fulano lá falou palavrão em alemão e xingava a gente em alemão também. Aí o seu José chamava atenção, dava as vezes castigo por escrito, copiar não sei quantas vezes aquelas coisas”.

No entanto, tudo indica que essas práticas no cotidiano escolar limitaram suas relações de convivência e contribuíram para que a menina Maria de Lourdes fosse tratada de certa forma com indiferença por várias crianças, o que reverberou no presente por meio de recordações de momentos solitários: “A maioria é de origem alemã aqui, muito pouco brasileiro. Assim, a gente sentia a diferença, pouca gente falava o português. A gente não tinha, quase amiga, a única amiga que a gente mais se adaptou foi a Verônica Puff”.

---

<sup>15</sup> Esse era o termo utilizado em algumas atas da Liga Pró-Língua Nacional quando se registrava a explicação que o professor tinha realizado sobre determinada personalidade ou evento considerado referência de patriotismo.

Essa percepção de indiferença, também adquire consistência quando são analisados os registros na ata do Pelotão da Saúde, que esteve reunido no dia 23 de fevereiro de 1946 para escolher a nova diretoria do grupo para aquele ano. A aluna Maria de Lourdes se colocou à disposição para exercer um dos cargos, mas não recebeu nenhum voto, ficando como monitora junto com outras crianças menos votadas (APESC, 1946, v. 102). No caso da Liga Pró-Língua Nacional, sua presença recebia, aparentemente, destaque, e interessava aos professores seu envolvimento; porém, para muitos alunos sua presença era sinônimo de denúncias e possíveis castigos.

A entrevistada Marilena Teresina Godizigiogesk<sup>16</sup>, agora em outra entrevista, evidenciou que também era alguém que não tinha muitos amigos, considerando que sua presença era avaliada pelos colegas como incômoda. Para ela, um dos motivos era por ser filha do casal de professores, além de morar em uma construção nos fundos da escola destinada a servir como residência do professor, o que fazia com que as crianças desconfiassem dela por acharem que as conversas e atitudes seriam remetidas a seus pais e ocasionassem consequências. Relatou a questão com lamento, dizendo “que tinha as amigadas, às vezes eu ia na casa deles quando eles me convidavam. Assim, a gente tinha crianças que gostavam da gente, brincavam, mas a maioria não gostava”. (Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 02 out. 2018.)

Na sequência dessa fala, a senhora Melânia Laitske<sup>17</sup>, chamada quando criança de Melânia Puff, que também participou dessa mesma entrevista, apresenta de forma direta sua justificativa: “Sempre tinha aquela diferença, eles são caboclos”. Nesse momento foi possível observar que a senhora Marilena é pega de surpresa com essa fala e responde, de forma breve, não querendo abordar a questão: “Há, também tem essa”. Em seguida a senhora Melânia continua sua fala parecendo tentar amenizar a tensão: “Eram os caboclos. Para nós, os descendentes de alemães, chamavam eles de caboclos. Não só a família dela, em geral. Os brasileiros que não falavam alemão eram caboclos”. (Melânia Laitske, entrevista, 02 out. 2018.)

É preciso dizer que as duas entrevistadas, tanto a senhora Maria de Lourdes como a senhora Marilena, possuem memórias de experiências que as aproximam; e, com isso, permite pensar que determinados elementos em comum, como; falar a língua brasileira, estar envolvida com situações ou com pessoas responsáveis pela escola, que era pública porque recebia subvenção do governo do estado de Santa Catarina, e

---

<sup>16</sup> Entrevista realizada na residência da senhora Melânia Laitske após conversas informais ocorridas em 27/03/2018.

<sup>17</sup> A senhora Melânia Laitske esteve presente durante a entrevista com a senhora Marilena Teresina Godizigiogesk. Entrevista realizada na residência da senhora Melânia Laitske após conversas informais ocorridas em 27/03/2018.

portanto, ao que tudo indica, implementava as leis nacionalizadoras que proibiam a língua alemã, podem ser elementos preponderantes para entender a indiferença com que as alunas eram tratadas.

### Considerações finais

Pelo percurso da cultura escolar, onde as experiências narradas estão mobilizando as análises por meio do trabalho de memória, a campanha de nacionalização do ensino implementada na Escola Pública de Itoupava Norte na década de 1940, não aparece como uma atuação exclusivamente repressora, que efetivou instrumentos de controle deliberados envolvendo o cotidiano da escola. As entrevistadas apresentaram recordações das “experiências inscritas” em suas trajetórias de vida, e que também compuseram a cultura escolar, não evidenciando as leis e ações nacionalizadoras de maneira impositiva.

Isso não significa que as relações entre os sujeitos e com as coisas na escola não tenham sido permeadas pelos encaminhamentos governamentais que influenciaram a vida escolar de forma tensionada. Ocorreram disputas, trocas de interesses, aproximações e distanciamentos que viabilizaram, ou não, relações apaziguadas em meio a outras formas de existência da escola, que agora adquiria certos contornos porque estava sendo enquadrada no processo de nacionalização do ensino conduzido entre os anos de 1930 e 1940 durante o governo de Getúlio Vargas.

### Referências

BENITO, Agustín Escolano. *A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas/SP: Alínea, 2017.

BITAR, Nina Pinheiro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (orgs.) *A Alma das Coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Das mãos para as mentes. Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952). *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 49, p. 139 - 159, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a09n49.pdf>. Acesso em 06 nov. 2018.

FROTSCHER, Méri. *Identidades Móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929 – 1950)*. Blumenau: Edifurb, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC, 2010.

KRAMER, Johannes; KRAMER, Méri Frotscher (orgs). *Crônica do vilarejo de Itoupava Seca*: Altona desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau. Blumenau: Edifurb, 2015.

LARROSA, Jorge. *Tremores*: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2017.

LUNA, José Marcelo Freitas de. *O português na Escola Alemã de Blumenau*: da formação à extinção de uma prática. Itajaí: EdUnivali; Blumenau: EdFurb, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República*: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e voz, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

#### Fontes documentais

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC), v. 85, 1945, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas, ESC/GE, 1945.

\_\_\_\_\_, v. 96, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas, ESC/GE, 1946.

\_\_\_\_\_, v. 102, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas, ESC/GE, 1946.

\_\_\_\_\_, v. 106, 1946, Escola Pública de Itoupava Norte, Atas, ESC/GE, 1946.

#### Fontes orais

Elfi Thompsen, entrevista, 02 out. 2018.

Maria de Lourdes Pereira, entrevista, 26 set. 2018.

Marilena Teresina Godizigiogesk, entrevista, 23 set. 2018 e 02 out. 2018.

Melânia Laitske, entrevista, 02 out. 2018.

Verônica Stank, entrevista, 02 out. 2018.